

Reforma da Previdência vai fazer você trabalhar mais para ganhar menos

O governo divulga que a sua proposta da reforma da Previdência vai tornar o sistema mais justo, equiparando pobres e ricos. Porém, para esse governo, qualquer trabalhador bancário já é rico. Na verdade, a proposta de reforma dificulta a aposentadoria e rebaixa o valor dos benefícios para todos os segmentos, em especial para os mais pobres e a classe média, nivelando todo o sistema por baixo.

Pelas regras propostas pelo governo Bolsonaro a aposentadoria por tempo de contribuição será extinta; homens só poderão se aposentar com 65 anos de idade e com 20 anos de contribuição ao INSS; e as mulheres apenas com 62 anos de idade e os mesmos 20 anos de contribuição. Mas a idade mínima pode subir a partir de 2024, e depois a cada quatro anos (2028, 2032 e assim por diante), conforme o aumento da expectativa de sobrevida da população.

Outro detalhe importante é que, com 65 anos ou 62 anos e 20 anos de contribuição, homens e mulheres só receberão 60% do benefício. E serão 60% da média de TODOS os salários da vida laboral do



cidadão, inclusive os menores, de início de carreira. Ou seja, além de aumentar o tempo para a aposentadoria, a PEC também reduz os valores dos benefícios, visto que, pelas regras atuais, são retirados do cálculo os 20% salários mais baixos do trabalhador ou trabalhadora. Hoje o percentual mínimo para quem se aposenta por idade é de 85% do benefício.

Atenção: se o trabalhador e a trabalhadora chegarem a 65 e 62 anos de idade, respectivamente, mas não tiverem alcançado os 20 anos de contribuição, não poderão se aposentar. Outra maldade é que para ter direito ao benefício integral (100% da média de TODOS os salários), serão necessários 40 anos de contribuição, além da idade mínima obrigatória (65 anos para

homens e 62 anos para mulheres, pelo menos até 2024).

Se levarmos em consideração que a reforma trabalhista vai precarizar os empregos e deixar muitos trabalhadores na informalidade, será muito mais difícil alcançar os 20 anos de contribuição necessários para se aposentar, e quase impossível chegar aos 40 anos de contribuição exigidos para ter direito ao benefício integral.

Na PEC de Bolsonaro aposentadorias atuais podem ficar sem reajuste

Uma detalhe na PEC apresentada pelo governo Jair Bolsonaro (PLS) pode deixar as aposentadorias sem aumento real – e até sem aumento nenhum – caso a reforma da Previdência seja aprovada.

Ocorre que no texto da proposta enviada à Câmara Federal se retira da Constituição a regra que determina reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo. Hoje, esse direito – que Bolsonaro quer excluir – é válido para aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público.

A regra atual está em dois trechos da Constituição que têm a mesma redação: “É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real”. Por isso, a legislação cumpre a exigência e assegura a reposição pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em 2018, o INPC variou 3,43%.

Mas a PEC da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição) exclui

o termo “valor real” em ambos os trechos: o que trata do reajuste de benefícios dos servidores (parágrafo 8º do artigo 40) e também o dedicado ao reajuste de benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada (parágrafo 4º do artigo 201).

Em ambos os casos, a PEC joga a definição das regras de reajuste para uma lei complementar ainda a ser desenhada.

No aspecto legal, é muito mais fácil aprovar e mudar uma lei complementar. Ela demanda 257 votos de deputados, em duas votações, e 41 de senadores, em uma votação. Já uma PEC para mexer na Carta Magna, como a PEC da Previdência, pede mais votos – e mais força política. Exige o apoio de 308 deputados e 49 senadores, em duas votações em cada Casa.

E assim a Presidência fica livre para reajustar aposentadorias e pensões abaixo da inflação. Na prática, esses benefícios podem ficar até sem reajustes de um ano para outro.

Sistema de capitalização proposto fracassa em todo o mundo

A privatização da previdência fracassou na maioria dos países que adotou o sistema de capitalização previdenciária que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) que implantar no Brasil. Os impactos sociais e econômicos do sistema foram tão negativos que a única saída foi voltar atrás e reestatizar total ou parcialmente a Previdência.

A conclusão é do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Revertendo as Privatizações da Previdência - Reconstruindo os sistemas públicos na Europa Oriental e América Latina”, divulgado no dia 11 de março de 2019. A capitalização exige que o trabalhador abra uma poupança pessoal onde terá de depositar todo mês para conseguir se aposentar. A conta é administrada por bancos, que cobram taxas e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro. Eles são os únicos que ganham com a privatização.

O estudo da OIT mostra que sistemas como esse aumentaram a desigualdade de gênero e de renda, que os custos de transição criaram pressões fiscais enormes, os custos administrativos são altos, os rendimentos e os valores das aposentadorias são baixos e quem se beneficiou com as poupanças dos trabalhadores e trabalhadoras foi o sistema financeiro, entre outros problemas. De acordo com o estudo, de 1981 a 2014, trinta países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social, entre eles está o Chile (em 1981) que tem hoje milhares de idosos morrendo na miséria. Até o ano passado, 18 países voltaram atrás e fizeram a re-reforma, ou seja, reverteram total ou parcialmente a privatização da previdência social. Para os técnicos da OIT, o que garante a segurança de renda na idade avançada é o fortalecimento de sistemas públicos de previdência.

*Reportagem publicada pela Central Única dos Trabalhadores em 11-03-2019.

PEC da Previdência traz mais prejuízo para as mulheres

As mulheres serão as mais prejudicadas com a nova reforma da Previdência se a proposta for aprovada pelo Congresso Nacional.

Pelas regras atuais, uma mulher de 55 anos e com 25 anos de contribuição teria de trabalhar mais cinco anos para se aposentar por idade e conseguir receber o benefício integral. Ou seja, estaria aposentada aos 60 anos e com 30 anos de contribuição.

Já pelas regras de transição propostas pelo presidente Bolsonaro, que quer implementar a idade mínima de 62 anos para as mulheres, essa mesma mulher terá de trabalhar mais sete anos (55+7 = 62) para se aposentar por idade. Ainda assim, ela só chegaria a 32

anos de contribuição (25+7 = 32) e não se aposentaria com o benefício integral, que, pelas novas regras, vai exigir, no mínimo, 40 anos de contribuição.

A proposta também ignora a sobrecarga de trabalho e responsabilidades historicamente imputadas às mulheres. Dados do Pnad, em 2016, apontou que 34,6% das mulheres jovens entre 16 a 29 anos afirmaram que o principal motivo de não estarem estudando ou trabalhando era porque precisavam “cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes”. Este percentual entre os jovens homens foi de apenas 1,4%. O IBGE, também de 2016, mostra que as mulheres que trabalham dedicam 73% mais horas

do que os homens aos cuidados e/ou afazeres domésticos.

BANCOS PRIVADOS DISCRIMINAM MULHERES COM MAIS DE 40 ANOS

Uma pesquisa realizada pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aponta que a participação das mulheres no quadro funcional dos bancos privados reduz 7,8 pontos percentuais após os 40 anos de idade. Até os 39 anos elas ocupam 56,4% dos postos de trabalho. Após completar 40 anos esse percentual cai para 48,6%. O levantamento foi feito com base nas

informações da Relação Anual de Informações Sociais 2017 (Rais). Segundo a socióloga do Dieese, Bárbara Vallejos, esse fenômeno tem duas causas. “A saída precoce de mulheres dos bancos pode ser reflexo tanto da dificuldade de obterem promoções e de terem acesso a cargos de maior prestígio e remuneração quanto da preferência dos bancos pela presença de jovens em seu quadro de funcionários”, disse. Bárbara afirmou ainda que o fato é verificado para mulheres e homens, mas o fator idade pesa mais sobre as mulheres. Este é mais um fator que pesará contra as mulheres e irá dificultar ainda mais na hora da aposentadoria.

Sindicato passa por reforma e transformação visual

Foram quase 60 dias de obras e o atendimento sendo realizado no terceiro andar do prédio da entidade (onde está localizado o auditório), mas o resultado da reforma do primeiro andar da sede administrativa do sindicato é compensador.

Embora a disposição das salas sigam praticamente inalteradas, a diferença visual é impactante. Aliás, positivamente impactante. A principal mudança está na área da recepção, que foi redistribuída, ganhando também uma nova sala de reuniões. Outra grande mudança está na iluminação do local, que ganhou o reforço da iluminação solar, graças a a implantação de grandes “janelas” para as salas (que permitem visualizar o interior das secretarias). Assim, a luz do sol pode chegar mais a toda a área, além de dar maior integração e transparência entre todas as secretarias.

“A reforma era uma necessidade por conta da segurança no local, especialmente na parte elétrica, que foi ganhando novos equipamentos e sendo constantemente ampliada, mas sem nenhum planejamento prévio como agora. Além disso o local apresentava algumas desconformidades técnicas e precisava ser adequado com as novas regras de segurança”, explica o coordenador



Com a reforma a estrutura administrativa ganhou mais luminosidade e espaços mais amplos

da secretaria de Organização e Política Sindical do sindicato, Nelso Beber. “Com a reforma garantimos essas adequações, mas, acima de tudo, ganhamos praticidade, segurança e modernidade ao local”.

O prédio do sindicato foi construído em 1982 e nunca recebeu uma reforma de tamanha abrangência. O projeto e execução da obra é de responsabilidade da arquiteta Renata Armiliato. Ela destaca que além do novo layout, havia sério risco de segurança, especialmente na parte elétrica. “Toda a estrutura datava da época da construção do prédio. Em 36 anos muitas novas necessidades foram sendo criadas, como a informatização e telefonia. Também havia infiltração nos banheiros, observa a arquiteta.

Atendimento odontológico agora é no consultório do dentista

Desde o início de janeiro o sindicato não realiza mais atendimento odontológico na sede do sindicato. Os atendimentos agora estão sendo realizados diretamente no consultório do dentista Samuel Stringhini Rossi, localizado à Rua Sinimbu, 2222, sala 42.

O agendamento deve ser feito pelo telefone (54) 3223.2166, ou diretamente na sede do Sindicato. O valor por atendimento ou consulta é de R\$ 15,00.

A estrutura do antigo consultório da sede dos bancários (equipamentos e mobiliário) foi doada para o Projeto Mão Amiga.

SALÃO DE FESTAS

Além da administração outra área que sofreu uma ampla reforma foi o salão de festas, que ganhou novas bancadas, novos revestimentos, ar condicionado e novos banheiros. A cozinha também recebeu novos revestimentos.

“O salão de festas é um lugar usado basicamente pelos associados, que merecem ter um local mais acolhedor, bonito e moderno”, observa Nelso Beber.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | **Jornalista Responsável:** Marlei Ferreira - Mtb 8542

Fotolitos e Impressão: Lorigraf | Tiragem desta edição: 2.000 exemplares